

Textos / Perfis

Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal

NILSON CORTEZ CROCIA DE BARROS

Introdução

NARRAR a história da geografia tornou-se uma arte controversa nos tempos atuais, tempos denominados por P. Claval (2002) de pós-funcionalistas para a disciplina. A historiografia foi adquirindo conformação sistemática, tornando-se domínio dos especialistas no assunto a partir do final dos anos 1970, e os estudos interculturais fertilizaram a reflexão sobre o caráter da disciplina. Esse emergente estilo historiográfico foi identificado no Brasil por Machado (2003, p.314) em 1994. Histórias da disciplina foram perdendo aquele aspecto natural exibido nos manuais, e também o impulso doutrinário contido nas peças eruditas que marcaram épocas na disciplina, como a de F. Schaefer, de Hartshorne etc. (cf. Barros, 2006a). Com o passar do tempo, as resistências contra o estilo contextual, intercultural e, por que não dizer, pós-disciplinar de contar a história da disciplina se manifestaram, formando-se a controvérsia historiográfica. Apareceu o aguerrido argumento de que, não sendo propositiva – não tendo o compromisso de melhorar nenhum ramo da geografia –, tal historiografia era um esforço inútil, sem valor – pelo menos para os que de fato dedicavam-se à disciplina (cf. Barnett, 1995).

É ciente dessa problemática situação historiográfica que o presente artigo apresenta algumas considerações sobre contribuições de Delgado de Carvalho para a construção da face moderna da geografia no Brasil. Não obstante ricas sugestões possam ser extraídas, das contribuições de Carvalho, para o entendimento dos estilos de fazer geografia no Brasil (perspectiva da *episteme*), o exercício historiográfico contextual coopera também no entendimento de variados aspectos da experiência nacional, tais como o político, o administrativo, o diplomático, o pedagógico etc. Vista desse modo, a história da geografia não é assunto a interessar exclusivamente aos geógrafos, mas também a outras pessoas dedicadas a temas culturais os mais diversos. Será com base numa combinação de abordagem epistemológica e contextual que examinaremos algumas ações e obras escritas por Delgado de Carvalho (1929, 1940, 1959, 1967), assim como parte da historiografia existente sobre este pioneiro na implantação da geografia no Brasil.

A historiografia contextual, sítios culturais, redes e escalas de imaginação

Uma das orientações inovadoras na historiografia empenhou-se em dedicar atenção à influência exercida pelos sítios culturais (Duncan & Ley, 1993; Livingstone, 1992, 2003) e suas redes na construção da geografia, desse modo excursionando por uma interpretação da construção da geografia mais atenta às relações e às interatividades. Tal análise se apoiou não apenas no que contornos regionais convencionais (continentes, nações) poderiam oferecer de elucidativo ao entendimento das experiências da construção da disciplina, mas também exploravam a natureza das circularidades ou das difusões de práticas e idéias dentro dos circuitos das redes, que não negavam mas que transcendiam aqueles contornos. O coração das mudanças nos estilos da ciência repousaria, não obstante a importância dos contextos políticos gerais nacionais, nos ambientes específicos (Barros, 2005).

Nesses nódulos e ligações – um sistema dinâmico e provido de financiamento – se realizaria um processo que Pickering (1995, p.5, apud Barnes & Farish, 2006, p.809) chamou de *mangling*, que quer dizer: transformações sofridas pelos agentes presentes nesses locais que, depois, não retornam mais à forma original. Diante disso, é possível sugerir a hipótese de que regiões homogêneas quanto aos estilos de pensamento geográfico, tais como geografia francesa, ou geografia norte-americana, ou geografia brasileira, seriam mais aspirações historiográficas – ou projetos doutrinários – que reconstruções realistas e complexas da ontologia da disciplina. Lembremos que, à íntima e peculiar associação da cultura – e o pensamento geográfico é uma expressão cultural – com a Terra formando classes de área discretas (o *modus operandi* do pensamento regional), Kimble (1951) havia proposto a ênfase interpretativa dos padrões regionais com base nas interatividades entre os lugares.

A idéia dos sítios cultural-científicos resgatou essa metodologia e permitiu identificar paralelos entre estilos de geografia praticados por profissionais de diferentes países. Isso revelou que, do ponto de vista epistemológico e em razão das redes de interação, havia mais similaridades que diferenças entre as chamadas escolas nacionais ou regionais, não obstante as diferenças existirem também. O conceito sistemático de redes de interações usado pela Geografia Urbana desde os anos 1950 revelou, em aplicado à reconstrução da história da disciplina, os muitos limites do conceito de região (nação), ou discurso regional, aplicado ao mesmo tema.

A questão em torno das diferenças de estilos de geografia que se desenvolvem entre os sítios culturais é das mais férteis. Lia Machado (2003) identificou, na história do pensamento geográfico no Brasil, a presença de estilos diferentes associados aos contextos diversos de cultura institucional (sítios) presentes na difusão da disciplina dentro do próprio contorno regional do país. Desenvolveram-se na disciplina estilos de trabalho geográfico mais instrumentalizados para a análise do empírico, mas também se propagaram estilos mais especulativos.

Talvez uma oposição entre a geografia como arte liberal – baseada nas personalidades – e a geografia como ciência social aplicada ou de equipe (Barnes & Farish, 2006, p.807) ou industrial.

Lia Machado (2003) observa ainda que, do ponto de vista da escala dos interesses e do alcance espacial das cogitações, a geografia que se difundiu no Brasil esteve voltada para dentro do próprio território brasileiro ou da escala nacional. Do ponto de vista da escala política – regional política – de operação, esse caráter das práticas e discursos geográficos no país diferia da geografia européia que lhe havia oferecido os moldes conceituais. Essa, ao lado da preocupação espacial interna aos seus países, mantinha um permanente foco de agenda nas periferias do além-mar.

A visão para dentro como caráter do pensamento geográfico no Brasil, combinada com as desafiantes dimensões territoriais continentais a conhecer, não deixou de produzir aquele fenômeno que veio a ser denominado legitimação do geógrafo pelo contato de campo. Isso foi particularmente importante no período compreendido entre a estruturação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os anos 1960, a era heróica das explorações e das primeiras peças discursivas geográficas nacionais. Dias (1989) denomina mesmo o final dos anos 1950 e começos de 1960 como a idade de ouro da geografia no país. Entretanto, a partir desta última década, os trabalhos geográficos puderam se beneficiar de sistemas remotos de informações muito mais eficientes e de longo alcance em escala, e a experiência do realismo de campo, compreensivelmente, deixa de ser a única forma de ungar o geógrafo com reconhecimento profissional. Mas, até então, os geógrafos, assim o quisessem, podiam colher vantagens de certa visão ingênua presente nos consumidores culturais quanto ao que realmente era um trabalho de campo. Para muitos daqueles consumidores, a própria aventura da viagem ao campo, quando relatada, produzia a autoridade científica e o prestígio (Livingstone, 2003, p.42).

Há no contexto periférico da difusão da geografia outra categoria de experiência espacial a merecer atenção. A então rara ida de um geógrafo brasileiro – e isso parece ter sido um fenômeno extensivo a toda a América – aos velhos centros formuladores da geografia moderna conferia uma aura de reconhecimento e prestígio. A condição periférica da difusão da geografia no Brasil produziu, para os geógrafos do país, uma específica categoria de experiência espacial, além daquela já mencionada relativa ao contato de campo e observada por Outram (1999, p.285). Essa categoria de experiência espacial seria a representada pelas viagens para respirar o estado da arte, excursões de espírito e assimilação das novidades.

Delgado de Carvalho aportou justamente no *core* que procedia à construção da geografia no Brasil na perspectiva do poder central, o que teve efeitos definidores sobre as suas contribuições. Ao lado da sua personalidade, a geografia da sua localização influenciou – “fez a diferença”, para usar a expressão de

Livingstone (2003) – na vida profissional que conduziu e nas contribuições que pôde oferecer. Entretanto, essa geografia da sua localização nacional-profissional não explica seu estilo histórico-geográfico, que na verdade era um estilo comum aos sítios culturais cosmopolitas já dispostos em redes.

A Europa, o Brasil e a formação de Delgado de Carvalho

Miguel Delgado de Carvalho nasceu na França no ano de 1884. O Brasil era ainda uma Monarquia, para uns; para outros, entretanto, mais que isso: uma democracia coroada. Filho de pai brasileiro que estava a serviço da Coroa na Europa – e que lá teria ficado com a proclamação da República –, Carvalho aportou no Brasil na primeira década do século XX. Um dos objetivos que tinha, ao empreender sua saída da Europa, era escrever a sua tese para apresentá-la à Escola de Ciências Políticas de Paris, completando assim sua formação acadêmica. Essas exigências de começo de carreira, modernamente, situam-se dentro do padrão do *scholar* estabelecido no século XIX na Alemanha e que se propagou como modelo por todo o mundo (Barros, 2006b).

Carvalho chegava com uma autoconfiante doutrina geográfica, e buscava um mundo empírico na América do Sul agrícola, continente de grande interesse à Europa, posto que estava a acolher os excedentes da população do velho continente. Segundo depoimento de Maria Linhares, Delgado de Carvalho era não somente francês por nascimento, mas por formação educacional.¹ Esse ponto é aqui mencionado vez que o tópico da influência do além-mar e da identidade nacional na disciplina tem recebido importância na agenda historiográfica da geografia no Brasil. Comentando sobre a formação da geografia no Brasil, Santos (2002) afirmou que Delgado não escrevia em português, mas em francês, de fato outra das línguas que chegaram à América pela difusão cultural européia e que sufocaram as línguas nativas de cujo culto criaram-se tantos problemas para Policarpo Quaresma, o personagem de Lima Barreto.

Zusman & Pereira (2000, p.55), examinando a controvérsia de se havia um projeto geográfico ou agenda clara de construção da geografia no Brasil antes da institucionalização – que para Moraes (1999) e Monteiro (1980) (ambos citados por Zusman & Pereira, 2000, p.55) não havia –, entendem que Delgado de Carvalho atuou como um divulgador do que denominam escola geográfica francesa. Segundo parâmetros dos sítios europeus, o que parece mais justo. Entretanto, como o observa propriamente Abreu (2006, p.131), o papel difusor de Carvalho é parte do evento mais amplo do estímulo da educação média no país – com paralelos nas décadas anteriores nas experiências nacionais da França e da Alemanha –, no qual a vinda dos assessores será episódio da mesma cadeia seqüencial de espalhamento cultural educacional no contexto da construção nacional. De fato, os assessores vieram para auxiliar no estabelecimento de faculdades de formação de professores para o ensino médio e primário.

A experiência de pessoas nascidas e educadas no Brasil representarem geograficamente o seu próprio país era escassa, e viria a ser necessário tempo – e

esforços financeiros, institucionais, educacionais e pessoais consideráveis – para o país incorporar experiências e perspectivas cognitivas próprias aos discursos geográficos, incluindo no que tange ao conceito de região, que teve que ser elástico em escala. Delgado, no sítio do poder central, foi exposto e partícipe dos primeiros momentos desses esforços heróicos de representação geográfica do Brasil. Compreensível e desafiadoramente, a difusão do pensamento geográfico no Brasil significou uma ontologia complexa e problemática para a disciplina, e nela especialmente para o conceito de região, conceito central nas contribuições de Delgado de Carvalho.

Os assessores europeus vindos para ajudar na montagem das faculdades de formação de professores vieram para o país tal como Carvalho, isto é, com uma doutrina científica e em busca do empírico – de um campo de experiências (Salgueiro, 2006, p.195) –, estivessem ou não eles sob compromisso de fazer suas teses de doutoramento. Delgado de Carvalho, com as circunstâncias da sua formação educacional, colocava-se naturalmente muito distante de personagens que poderiam beneficiar-se da aura das viagens à Europa como legitimação de atualização científica, isso porque ele compartilhara da mesma formação dos assessores da institucionalização.

Historicismo, cosmopolitismo e doutrina regional

Delgado de Carvalho estudou direito na Universidade de Lausanne e ciências políticas em Paris. Depois, realiza estudos em diplomacia e tem uma passagem pela London School of Economics onde, certamente, esteve exposto às influências temáticas e doutrinárias de Halford Mackinder (1861-1947). Mackinder havia sido indicado para a cátedra de Geografia em Oxford, e em seguida (1890) foi apontado diretor da London School of Economics. Ele foi uma espécie de *founding father*, grande estimulador da geografia na Grã-Bretanha na fase da pré-institucionalização, tal como Delgado viria a ser no Brasil. Ambos difundiram o discurso regional e estimularam a criação dos sítios de produção geográfica.

Malgrado as semelhanças, Mackinder vivia as exigências de dirigir o seu olhar para fora, enquanto Carvalho e outros pioneiros, no sítio central da cidade do Rio de Janeiro, tinham como desafio os sertões, o largo interior do território brasileiro. Em relação a superfície e temas a estudar, esses pioneiros no Brasil tinham problemas geográficos suficientes e até maiores que muitos impérios europeus com suas colônias na América e na África. Delgado, entretanto, nunca se afastaria totalmente da escala global. Mas o fato é que o caráter do pensamento geográfico, pelo menos na sua face discursiva e pública, parece ser dependente das escalas, isto é, das escalas de hábito do pensamento do indivíduo. Essas escalas de hábito são elementos ativos no *mangling*, processo anteriormente definido. Não obstante isso, as discussões de MacKinder (1887) em “On the scope and methods of geography” em muito se assemelham às discussões sobre o método regional apresentadas por Delgado de Carvalho no centro nacional ou por estudiosos regionais em sítios culturais, como o do Recife. Cabe sugerir

que o treinamento de escala que Delgado recebeu nos sítios imperiais europeus acabaria, por fim, por influenciar suas direções profissionais e temáticas.

A geografia estava impregnada pela imaginação histórica. Na época da formação educacional de Delgado de Carvalho, a mistura entre as ciências era a norma. La Blache (1845-1918), por exemplo, vivia lado a lado com os historiadores, tendo escrito o primeiro volume – o “Tableau de la géographie de la France” – da *Histoire de France de l'époque gallo-romaine à la Revolution*. O grande domínio sobre as estruturas acadêmicas e de ensino na França estava, na verdade, nas mãos dos historiadores; isso significava mais postos de emprego para quem se dedicava ou se aproximava da história, e não da geografia. Fala-se mesmo que o século XIX foi dos historiadores (Caire-Jabinet, 2003, p.107-9), e essa influência entrou pelo século XX. As chances de carreira abriam-se por meio das redes de amizade que, segundo Caire-Jabinet (2003, p.123), desempenharam importante papel ao se transformarem depois em estruturas institucionais diversas. Assim se criavam novos postos de emprego, espaços institucionais (sítios), mesmo nos ambientes do ultramar (Salgueiro, 2006, p.194), menos disputados naturalmente, para jovens com pouca experiência profissional (Gomes, 2006, p.224).²

O que se chamou imperialismo acadêmico dos historiadores, com seu holismo, influenciou a geografia de língua francesa. No sentido contrário, a geografia também influenciou a história, pois o pensamento enquadrado nas monografias regionais sintéticas – grande contribuição da geografia – estimulou também, em retorno, os estudos históricos, com várias teses focando as histórias regionais (Caire-Jabinet, 2003, p.114). Lucien Febvre, por exemplo, exerceu o ofício de historiador voltado para a geografia histórica. Essa intimidade entre a geografia e a história transplanta-se às periferias, é importada inclusive nos serviços educacionais dos assessores, quando a geografia se difunde nas terras tropicais dentro do quadro das exportações européias dos serviços. A forte intrusão do discurso histórico no pensamento geográfico no Brasil – mesmo na obra de Delgado de Carvalho – não pode, portanto, ser discutida estritamente no campo de uma suposta superioridade de eficiência cognitiva desse discurso, ou maior aproximação dele com a realidade na perspectiva de alguns objetivos político-pedagógicos ou formativos (eficiência em si da camada discursiva).

Delgado de Carvalho e seu abrangente senso de ciência social

Delgado de Carvalho pôde desfrutar de uma vida produtiva afortunadamente longa. Quando estava com setenta anos, publicou o *Manual de organização social e política brasileira (OSPB)*, livro didático oficial do MEC/Inep para instilar princípios cívicos na juventude. Dir-se-ia que manuais assim representavam uma configuração mais ideológica e educacional – pré-neopositivista – das ciências sociais. Nesse livro de enobrecimento coletivo, e após décadas de trato com a história, com a geografia e com as ciências sociais, Delgado de Carvalho (1967) apresentou o que para ele era uma ciência dedicada ao estudo dos fatos sociais: ela seria “uma ciência una”.

Tal concepção revela o traço historicista e humanista da contribuição de Delgado de Carvalho, traço que ele herdou da matriz europeia que produziu Ratzel, Ritter, Monbeig, entre outros, e que Andrade (2006, p.130) e Zusman & Pereira (2000, p.55) viram, com a perspectiva historiográfica regional, como da escola francesa. De fato, Delgado ostentava o estilo cognitivo característico da visão regional clássica construída no horizonte europeu na passagem do século XIX para o XX – da “integração e síntese” (Lencioni, 2003, p.100), estilo que viria a ter negociações epistemológicas problemáticas com a onda da difusão dos especialismos positivistas que estavam por se propagar pelo Brasil.

Compreende-se que Delgado de Carvalho havia aspirado à concepção unificadora e holística das ciências humanas muito influente na Europa da sua formação. No caso da geografia, talvez o projeto tenha sido mais ambicioso, vez que incluía também os fatores ambientais (ecologia humana). Mas o holismo de Delgado de Carvalho era mais histórico que ecológico, e certamente ele não compartilhava da crença básica do naturalismo, aquela que preconiza a unidade essencial de método entre as ciências sociais e naturais. Parece também procurar mais o entendimento que a explicação dos fatos, um traço do historicismo esclarecido.

O cultivo da consciência histórica – uma âncora-traço da nobreza reforçada talvez diante das revoluções das identidades no âmbito das transformações urbano-industriais do século XIX na Europa e do século XX no Brasil – conduz Carvalho a citar e elogiar, no *Manual* antes referido, os chamados intérpretes globais do Brasil – ou *founding fathers* para usar expressão de Yeda Linhares (cf. entrevista citada nas referências bibliográficas). São personagens como Leôncio Basbaum, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Celso Furtado, Néson Werneck Sodré, entre outros, que se dedicaram às representações sintéticas do todo do país, lembrando o método regional. As gerações que foram expostas aos ambientes das pós-graduações pós-1970 tiveram de se encontrar com os discursos desses intérpretes, entender-lhes as aspirações, e também os limites das suas meganarrativas e megaconceitos. As teses e dissertações escritas – nos anos 1970 em diante – nos novos sítios de produção em ciências humanas no Brasil seriam mais analíticas e reveriam muitas destas interpretações, conforme observa Linhares (cf. entrevista citada).

O *Manual* antes mencionado é voltado para a formação da identidade cívica, a formação de uma liga de pensamento entre os indivíduos e o conjunto cultural e natural nacional, ou uma liga entre a terra e a gente no recorte regional (nacional) do Brasil. O trabalho cultural de Carvalho tem paralelo no de Carl Ritter, esse no seu esforço educacional para inculcar nos espíritos dos que se escolarizavam uma visão geográfica coletiva, ou senso coletivo, da ligação entre a população e a terra. Esse trabalho cultural de ligar terra e gente também foi feito por vários autores no Nordeste do Brasil, em âmbito regional, ao modo de resistência regional-federalista; isso porque, como o observou Andrade (2006, p.141), o Estado Novo revelava ímpetos centralistas que condenavam o federalismo da Primeira República.

A escolarização em massa tocada pelos projetos nacionais continha uma variante de historicismo. Não era aquele tipo cultivado pelas seções eruditas da elite, mas sim produzido para ser aspirado ou digerido pelas massas por via da indústria cultural-urbana. A multidão se civilizaria pela história-pátria associada ao território. A geografia, como ciência unificada e irmã da história, apresenta variados e amplos registros da sua utilidade instrumental para construir mentalidades nacionais ou regionais populares ou públicas, e essa funcionalidade não é, certamente, uma página virada no espectro das potencialidades da disciplina. Deste modo, a geografia é claramente ciência ideológica na acepção de J. Habermas (1971), saber que cria verdades que podem ser relativizadas aos interesses humanos. No referido *Manual*, as populações indígenas na Amazônia são representadas em seu passado como objetos histórico-simbólicos de um todo nacionalmente imaginado.

A imaginação do equilíbrio e harmonia entre as partes, característica do projeto representacional do método regional clássico, é instrumentalizada na empresa e empalidece os conflitos acontecidos no encontro entre os nativos, por um lado, e os seringalistas, seringueiros, casas exportadoras e *cores* industriais, por outro; ou os choques que estavam acontecendo decorrentes do avanço das frentes madeireiras ou agropecuárias. Pierre Gourou (1961), renomado geógrafo francês, havia interpretado a densidade e o povoamento na área amazônica mediante a perspectiva da expansão imperial que mirava a *hinterlândia* – tal qual Delgado –, isto é, a Amazônia como um vazio demográfico. O formato cognitivo se repetia, ainda que funcional a um império para dentro.

Delgado de Carvalho publicou extensivamente,³ aproveitando os muitos estímulos propiciados pela emergente indústria cultural e gráfica situada na capital federal, indústria ansiosa certamente pelas novidades culturais que Carvalho trazia consigo. Suas publicações demonstram que, apesar da sua formação nas humanidades, sustentou grande desembaraço no estudo dos aspectos físicos da geografia com objetivos de ensino secundário. A fisiografia – isto é, o relevo do solo, os jazimentos minerais, a drenagem, a fisionomia vegetal, o sítio geográfico etc. – propiciava o cenário funcional para uma representação animada dos fenômenos históricos, econômicos, demográficos e sociais. O cenário físico-biológico supria a vida das populações das influências geográficas, e isso tudo precisava ser visualizado por uma pedagogia geográfica do empírico. Assim, uma excursão (o campo), para Delgado de Carvalho (1941), equivalia a muitas aulas teóricas: “O contacto com a realidade determina, por si só, o início de todo o processo de aprendizagem”.⁴

Os diferentes sítios e as ramificações de influências

Não obstante um nome de projeção nacional no campo educacional, a extensão da influência dos trabalhos geográficos de Delgado de Carvalho não pôde ser entendida como espacialmente total e generalizada com a mesma intensidade pelo Brasil, por todos os sítios culturais. À época, o país era mais

propriamente um arquipélago cultural com os seus sítios exportando produtos primários para o exterior e importando produtos industriais e serviços, incluindo educacionais.

Agamenon Magalhães (1970), na sua tese de cátedra apresentada ao Colégio Estadual de Pernambuco, no Recife, sobre o Nordeste do Brasil (*Nordeste*) publicada originalmente em 1922 – estilo monografia regional –, não refere bibliograficamente Carvalho. Cita diretamente fontes europeias, como Ratzel, Reclus, Martonne, e, no Brasil, Euclides da Cunha. *Os sertões* é uma obra que exerceu forte atração sobre estudiosos de mentalidade mais holística e germânica, pelas construções que oferece das relações orgânicas entre o homem e a terra no Nordeste. Agamenon dispunha de formação jurídica e depois se afastou da referida cátedra para desempenhar altas funções dirigentes de Estado.

No capítulo historiográfico do estudo das ramificações das influências culturais entre centros dentro do Brasil, entretanto, há que reconhecer que o caminho está praticamente incógnito. O arquipélago cultural era realmente uma evidência no mínimo educacional nas primeiras décadas do século XX. Não que os sítios culturais ostentassem, digamos, ciências singulares; mas o fato é que os sítios alimentavam-se de redes mais liberais, aristocráticas, descentralizadas e personalizadas. Gilberto Freyre, por exemplo, entrou em contato direto com o geógrafo Carl Sauer e com o antropólogo Franz Boas (1887) – esse o autor do célebre “The Study of Geography” – a partir da sua educação antropológica nos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século XX. A vasta influência intelectual que Freyre construiu – no Brasil e no exterior – veio a contribuir para problematizar iniciativas de uniformização cultural e acadêmica do país, ou regiões homogêneas de estilo científico. Havia uma interação europeia, especialmente, e anglo-americana também, no plano cultural, sendo aliás a língua francesa lida usualmente nos bancos escolares do velho sítio cultural do Recife.

Interessante é que, como observa Andrade (1970) na “Introdução” à reimpressão de *Nordeste* de A. Magalhães, o Nordeste aí proposto será exatamente o que viria a ser acatado oficialmente pelo IBGE no ano de 1958, e se tornaria a região administrativa da instituição de planejamento denominada Sudene (1959): reunindo os Estados desde o Maranhão até a Bahia. A divisão do IBGE vinda de 1941, por Fabio Macedo Soares Guimarães, fixava como Nordeste apenas os Estados desde o Maranhão até Alagoas. Tal Nordeste oficial de 1941, do Maranhão a Alagoas, Delgado o havia proposto em 1913 chamando-o de Brasil Norte-Oriental. Nisso Carvalho aceita o recorte proposto por Elisée Reclus que, na obra *Estados Unidos do Brasil*, de 1893, chama o mesmo conjunto de Região da Costa Equatorial. Para a denominação, todavia, Delgado de Carvalho preferiu a expressão de Said Ali (*Compêndio de geografia elementar*, de 1905): Brasil Norte-Oriental.

Delgado de Carvalho excursionou por muitas áreas temáticas, como já indicadas. Na história, como era de esperar, deixou a *História geral*, em quatro vo-

lumes, obra recomendada na página da *web* intitulada *O que todo monarquista deve ler*.⁵ Na sua *História diplomática do Brasil* (Carvalho, 1959), fruto das atividades desempenhadas junto ao Instituto Rio Branco nos meados da década de 1950, Carvalho homenageia, discretamente como ele mesmo o afirma no preâmbulo, as excelências do patriotismo esclarecido da política externa da democracia coroada do Segundo Império. Afirma ainda que a mencionada *História diplomática* de sua autoria não viria a preencher nenhuma lacuna, pois essas já estavam todas preenchidas por outras obras realmente importantes. Entretanto, o diplomata Dr. Paulo Roberto Almeida – na reimpressão de 1998, pela UnB – considera a *História diplomática do Brasil* de Carvalho, com as necessárias complementações fruto do decorrer dos anos, uma das dez obras fundamentais a um diplomata. Provavelmente com os estudos históricos à escala global e a obrigação diplomática de olhar permanentemente para fora das fronteiras nacionais, ele tenha podido finalmente cultivar a visão espacial que assimilara no mundo imperial europeu. A Universidade e o IBGE estavam voltados para dentro do país.

O fluxo dos contextos e as dinâmicas nos sítios culturais geográficos

São numerosas as evidências, presumo, no sentido de que Delgado de Carvalho sentia-se mais confortável intelectualmente no ambiente das humanidades – mais educacional e reflexivo – e menos estimulado pelos ambientes aplicados à produção de artefatos de reconhecimento sistemático do espaço geográfico. O IBGE se torna o grande sítio da produção geográfica aplicada e especializada no Brasil. Essa notável máquina burocrática, compreensível diante de um país imenso a mapear e conhecer em seus aspectos ambientais e humanos, naturalmente aspirou a estilos de pesquisa – trabalho de equipe e ciência aplicada – que se propagaram no pós-Segunda Guerra Mundial e guerra fria.

O trabalho passava a ser de escala industrial e operacional visando ao conhecimento dos recursos naturais para o desenvolvimento. Como era de esperar, produzia-se uma nova contextualização desafiadora ao padrão tradicional da geografia, reconhecidamente de perfil mais pessoal, educacional. A instituição (IBGE) impressionava a muitos, dentre esses o professor Juillard, um francês que em visita ao Brasil teria afirmado que não havia lugar no mundo – exceto talvez na União Soviética – onde houvesse mais geógrafos juntos trabalhando. Um novo *mangling* – ciência social em escala industrial aplicada ao progresso – estava entrando em funcionamento, e fenômeno semelhante – certa usinificação no padrão do trabalho geográfico – se replicaria também com a criação da Sudene, no final dos anos 1950, no Nordeste. O IBGE, nas palavras deste último geógrafo, era uma “usina de Geografia” (Santos, 2002).

A grande exposição de Delgado aos ambientes envolvidos com a geografia deu-se anteriormente à institucionalização propriamente dita, isto é, nos sítios pioneiros de antes da domesticação aplicada da disciplina nas faculdades e no executivo federal. A partir da consolidação da Geografia aplicada, parece que a

disciplina deixa de ocupar a atenção central que tivera para ele. Delgado não foi partícipe da fase realmente significativa da legitimação do geógrafo pelo trabalho de campo, após a metade dos anos 1930 e adiante. Celebrara a importância da ida ao campo de forma mais doutrinária e educacional, como um difusor precoce de proposições de novas atitudes metodológicas. Professores pioneiros na edificação do ensino e pesquisa em geografia na Universidade de São Paulo – cuja licenciatura em Geografia e História conjuntamente foi estabelecida em 1934 –, como Pasquale Petrone (1994), reconhecem o papel importante de Carvalho na construção do discurso geográfico no Brasil antecedente à institucionalização.

Carvalho atuou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (1920), instituições inspiradas nas suas congêneres européias (Zusman & Pereira, 2000, p.53) que se espalharam pelas principais cidades da América. Reuniam esses sítios alguns eruditos e personalidades públicas eminentes e muitos apreciadores do cultivo da memória histórica e das explorações geográficas. Foram essas instituições pontos privilegiados da difusão científica e cultural e, pouco a pouco, foram se tornando sítios veneráveis e documentais ante a fecundidade governamental republicana no estabelecimento das novas instituições públicas (nichos educacionais, de pesquisa e planejamento) voltadas para edificar o progresso. Delgado de Carvalho é ele mesmo o principal articulador da Escola de Altos Estudos, proposta pelo historiador Oliveira Vianna para formar administradores para os ministérios no Brasil. Teria sido uma espécie de embrião similar à London School of Economics no Brasil. O grupo tenta fazer a Escola evoluir para uma faculdade de humanidades, mas o Congresso Nacional veio a rejeitar a proposta (Zusman & Pereira, 2000, p.54).

Os primeiros trabalhos de Delgado – *O Brasil Meridional*, de 1910, *Geografia do Brasil*, de 1913, e *Meteorologia do Brasil*, de 1916 – refletem as variadas demandas e circunstâncias profissionais a que esteve submetido nessa fase (Zusman & Pereira, 2000, p.53) inicial da modernização da geografia no país. Nesse particular, as atividades desempenhadas por Carvalho – e nunca é excessivo apontar esse paralelo – assemelham-se em muito às desempenhadas por Carl Ritter (1779-1859) no contexto germânico (cf. Tatham, 1967; Nicolas-Obadia, 1974; Capel, 1981; Livingstone, 1992; Abreu, 2006).

Delgado de Carvalho participou nas atividades de magistério das Escolas de Intendência e Estado Maior do Exército, em 1921. Ministrou aulas no Colégio Pedro II – as disciplinas Geografia, Sociologia e Inglês (Machado, 2004) – e na Escola Normal, vindo depois a organizar o Curso Livre Superior de Geografia (1926) destinado à atualização dos professores do Ensino Fundamental (primário) (Zusman & Pereira, 2000, p.54; Machado, 2004). As suas atividades ligadas às instituições do Ensino Médio, Superior e Militar, e seu empenho em divulgar uma geografia modernizada para esses fins lembram as situações em que operou Carl Ritter, como antes indicado, no mundo germânico de antes da institucionalização universitária procedida no último quartel do século XIX

e conduzida por F. Ratzel (1844-1904) e F. von Richtoffen (1833-1905) (cf. Barros, 2006b).

O tema das fronteiras políticas entre as nações exerceu sobre Carvalho grande interesse, e é o tópico que abre a sua *Geografia do Brasil*, espécie de trabalho corográfico para o Ensino Médio. Esse era um grande tema que envolvia Raja Gabaglia, Everardo Beckenhauer e Delgado de Carvalho nos anos 1920. Esses protagonistas construíram ou deram vida e energia aos ambientes institucionais onde circulavam os estudos geográficos, políticos, militares, educacionais, no coração do Estado brasileiro (Conselho Nacional de Geografia, IBGE, Universidade do Brasil, Colégio Pedro II, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sociedade Geográfica do RJ, ministérios etc.). Era a geografia com preocupações de ordem estatal, territorial, educacional. Na realidade, uma preocupação amplamente elástica e correspondente às imensas demandas que esses personagens tiveram diante de si (cf. Machado, 2004), demandas advindas das instituições nas suas fases emergentes.

Um material bibliográfico que permite apreciar a metodologia regional integrada – histórico-cultural e fisiográfica – manejada por Miguel Delgado de Carvalho é aquele composto pelas conferências sobre o Brasil que ofereceu nos Estados Unidos da América. Estava ele em plena maturidade (Carvalho, 1940) naqueles anos que viriam a ser de crescente aproximação do Brasil com o grande país do Norte. Nas conferências, revela que, aqui e ali, na edificação do assentamento que representava o Brasil, ora a hidrografia induzira ora um relevo dificultara ora um padrão climático havia atraído ou repellido processos de ocupação e sedimentação populacional, tudo isso ordenado por uma *framework* histórica e regional de representação da experiência nacional.

Com sua atuação educacional junto aos serviços diplomáticos, Miguel Delgado de Carvalho manteve vivo o seu interesse pelo saber histórico-geográfico – seu psicocentro discursivo, pode-se sugerir –, um saber exercido como arte da educação liberal de grande valor para o mundo da diplomacia, das finanças, da política e da educação em geral.

Conclusões

Tendo uma longa trajetória profissional, Delgado foi exposto a vários regimes de discursos geográficos e manteve sempre aquela perspectiva holística, integrada, a chamada perspectiva clássica ou histórico-regional que assimilara nos momentos da sua formação. Seu percurso em direção aos estudos históricos e diplomáticos sugere uma navegação institucional mantenedora daquele senso clássico dos estudos sociais e históricos unificados, com traço pessoal e forte subjetividade. Estando no centro que construía a geografia no país, Carvalho pôde atuar e contribuir com várias instituições, mantendo assim um balanço de interesses e envolvimento entre as escalas nacional e internacional.

Natureza, na sua geografia, não era o conjunto dos geofatores a serem sistematicamente dissecados a tal ponto que perderiam eles o contato com os fe-

nômenos do povoamento. A natureza para ele era a base fisiográfica que ajudaria no entendimento dos padrões de povoamento. Sua visão integrada era particularmente histórica e social, mas não negadora das circunstâncias físico-biológicas, de maneira que o seu holismo era o do Espaço Geográfico. Um holismo certamente já moderado pelo possibilismo, mais profissionalmente disciplinar, diferente das visões anteriores totalizantes tão caras a Ritter e que estão nas páginas de *Os sertões*. A visão integrada de Delgado de Carvalho é arquetípica da geografia como ecologia humana.

Carvalho foi como um precursor, que antecedeu assessores jovens que apenas iniciavam carreira no Brasil. Todos traziam uma doutrina geográfica para difundir e eram atraídos por um território como laboratório geográfico. Esta última é uma categoria de experiência espacial-profissional diversa, inversa – embora interconectada – àquela que envolverá os geógrafos brasileiros. Estes últimos partiam para ou miravam o *core* em busca de doutrina e cosmopolitismo. Tal situação em conjunto veio a produzir um complexo contexto de implicações identitárias, de redes de reprodução e de efeitos institucionais e orçamentários, um largo campo de pesquisa para a sociologia das instituições. A ontologia da disciplina no Brasil tem sido um processo longe de ser não-problemático, como em qualquer outro lugar. A historiografia contextual sugere, então, que a análise apenas epistemológica ou paradigmática, quando se intenta interpretar a história da disciplina, é insuficiente para oferecer uma imagem mais realista da sua construção.

Carvalho praticou o padrão de geografia que pode ser entendido como auxiliar na educação liberal: espécie de saber histórico e social apoiado em informações fisiográficas (físico-biológicas); um saber unificado. Um saber aspirado do contexto do imperialismo dos historiadores, antes das segmentações. Uma espécie de ciência de traço pessoal, com forte teor subjetivo ou de apreciação, exigente em erudição, diferente dos estilos emergentes a partir dos meados do século XX. Com uma doutrina geográfica, a regional, ele sugeria as ligações entre os geofatores daqueles lugares que lhe interessavam profissionalmente, interpretando significados ou sentidos espaciais.

A geografia de Miguel Delgado de Carvalho contribuiu para o que se pode denominar enobrecimento ou civilidade da mentalidade territorial no Brasil. Seus trabalhos didáticos ofereceram aos que se escolarizavam num país em franca expansão e urbanização, e cheio de imigrantes, um elemento de identidade territorial cívica nacional; uma identidade para além da roça, do engenho de açúcar, da fazenda de café e gado, da aldeia, da província. Por meio da idéia de um Todo Histórico-Geográfico, participou das discussões que forneceram identidades macrorregionais, tudo isso como típicos artefatos mentais de confecção pela cultura urbana central que procedia às representações do país quando esse procurava afirmar-se como nação. Ao mesmo tempo, sua atenção à cena internacional, herdada da suas circunstâncias pessoais e da sua formação educacional

cosmopolita, permitiu-lhe levar a contribuição da geografia a cooperar com a diplomacia brasileira.

Notas

- 1 Maria Yeda Linhares veio a exercer importante papel na implantação dos estudos rurais e históricos de pós-graduação *stricto sensu* na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (História Colonial e Escravidão). Ver entrevista citada nas referências bibliográficas.
- 2 Teria sido mesmo o historiador Henri Hauser quem sugeriu – com reforço de outros dois historiadores, Lucien Febvre e Marc Bloch – o tema de tese de P. Monbeig sobre as frentes cafeeiras no Brasil (Salgueiro, 2006, p.201).
- 3 *Un centre économique au Brésil: L'État de Minas Gerais* (1908); *O Brasil Meridional* (1910); *Geographia do Brasil* (1913), esse considerado por Fábio Macedo S. Guimarães (1941) o primeiro livro didático realmente digno do nome no Brasil; *Physiografia do Brasil* (1926); *Meteorologia do Brasil* (1917); *Corografia do Brasil*; *Atlas pluviométrico do Nordeste* etc.
- 4 Transcrito por Roseli Silva (2006) de Delgado de Carvalho (1941).
- 5 Cf. <<http://www.brasilimperial.org.br/biblioteca>>.

Referências bibliográficas

ABREU, M. Pierre Monbeig e os primórdios da geografia urbana no Brasil. In: SALGUEIRO, H. (Org.) *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira*. Bauru: Edusc, 2006. p.129-60.

ANDRADE, M. C. de. Agamenon Magalhães, o Colégio Estadual de Pernambuco e o desenvolvimento da geografia brasileira. Introdução. In: MAGALHÃES, A. *O Nordeste brasileiro*. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 1970. (2ª impressão; editado originalmente em 1922).

_____. *Geografia: ciência da sociedade*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

BARNES, T.; FARISH, M. Between regions: science, militarism, and American Geography from World War to Cold War. *Annals of The Association of American Geographers*, v.96, n.4, p.807-26, 2006.

BARNETT, C. Awakening the dead: who needs the history of geography? *Transactions of The Association of British Geographers*, v.20, n.4, p.417-19, 1995.

BARROS, N. C. de. Ibn Kaldun, a dinâmica dos assentamentos humanos e as funções urbanas no Islã histórico. *Mercator*, Fortaleza, v.4, n.8, p.7-14, 2005.

_____. A historiografia da geografia e suas controvérsias: apreciação de um debate. *Revista Geográfica de Instituto Panamericano de Geografia e História*, México, n.139, p.83-102, 2006a.

_____. Império, burocracia e interdisciplinaridade como contextos da antropogeografia de Frederico Ratzel. *Geografia*, Rio Claro, v.31, n.1, p.185-98, 2006b.

- BOAS, F. The Study of Geography. *Science*, v.9, p.137-41, 1887.
- CAIRE-JABINET, M.-P. *Introdução à historiografia*. Bauru: Edusc, 2003.
- CAPEL, H. *Filosofia y ciencia em la Geografía contemporánea: una introducción a la Geografía*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CARVALHO, M. D. de. *Geographia do Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.
- _____. Brazil as a Latin American Political Unity. *Rice Institute Pamphlet*, v.27, n.4, 1940. Disponível em: <<http://dspace.rice.edu/handle/1911/9069>>.
- _____. A excursão geográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, p.96-105, out./dez., 1941.
- _____. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.
- _____. *Manual de organização social e política brasileira*. (OSPB). Brasília: Ministério da Educação; Inep, 1967.
- CLAVAL, P. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.) *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2002. p.11-43.
- DIAS, L. La pensée géographique au Brésil: hier et aujourd'hui. *L'Espace Géographique*, v.XVII, n.3, p.193-203, 1989.
- DUNCAN, J.; LEY, D. (Ed.) *Place, Culture and Representation*. London: Routledge, 1993.
- GOMES, P. C. O deslocamento geográfico dos conhecimentos e de seus intérpretes. In: SALGUEIRO, H. *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira*. Bauru: Edusc, 2006. p.223-32.
- GOURU, P. *The tropical world: its social and economic conditions and its future status*. New York: J. Wiley & Sons, 1961.
- GUIMARÃES, F. M. S. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v.III, n.2, 1941.
- HABBERMAS, J. *Knowledge and human interests*. Boston: Beacon Press, 1971.
- KIMBLE, G. The inadequacy of the regional concept. In: STAMP, L.; WOLDRIDGE, S. (Ed.) *London Essays in Geography*. London: Longman, Green, 1951. p.151-74.
- LENCIONI, S. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 2003.
- LINHARES, M. Y. *Entrevista*, a V. Saul e T. Murilo. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~humanas/0022.htm>>. Acesso em: nov. 2006.
- LIVINGSTONE, D. *The Geographical Tradition*. London: Blackwell, 1992.
- _____. *Putting Science in its place: Geographies of Scientific Knowledge*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORREA, R. (Org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003. p.309-52.
- MACHADO, M. S. Um retrato do curso de Geografia da Universidade do Distrito Federal: principais intelectuais e propostas. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE

GEOGRAFIA, 2004. Disponível em: <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo3/E3_129.htm>.

MACKINDER, H. J. On the scope and methods of geography. *Proceedings of The Royal Geographical Society*, v.9, p.141-60, 1887.

MAGALHÃES, A. *O Nordeste brasileiro*. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 1970. (2ª impressão; editado originalmente em 1922).

MONTEIRO, C. A. *A geografia no Brasil: 1934-1977: avaliação e tendências*. São Paulo: I. de Geografia da Universidade de S. Paulo, 1980.

MORAES, A. C. Notas sobre a identidade nacional e a institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos CPDOC/FGV*, Rio de Janeiro, v.4, n.8, 1999.

NICOLAS-OBADIA, G. Introdução. In: RITTER, C. Introduction à la Géographie Generale compare. *Cahier de Géographie de Besançon*, n.22, p.5-32, 1974.

OUTRAM, D. On Being Perseus: new knowledge, dislocation, and enlightenment exploration. In: LIVINGSTONE, D.; WHITERS, C. (Ed.) *Geography and Enlightenment*. Chicago: University of Chicago Press, 1999. p.281-94.

PETRONE, P. Pasquale Petrone e a geografia na USP. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.8, n.22, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

PICKERING, A. Cyborg history and the World War II regime. *Perspectives in Science*, v.3, n.1, p.1-49, 1995.

ROCHA, G. Delgado de Carvalho e a orientação moderna do ensino da geografia escolar brasileira. *Terra Brasilis – Revista de História do Pensamento Geográfico*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.83-109, 2000.

SALGUEIRO, H. (Org.) *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira*. Bauru: Edusc, 2006.

SANTOS, M. *Entrevista*, concedida ao Dr. J. Borzachiolo da Silva. *Mercator*, Fortaleza, v.1, n.1, 2002.

SILVA, R. *Trabalho de campo: prática andante de fazer Geografia*. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geo03a.htm>>. Acesso em: 2006.

TATHAM, G. Geography in the Nineteenth Century. In: TAYLOR, G. (Ed.) *Geography in the Twentieth Century: a study of growth, fields, techniques, aims and trends*. London: Methuen, 1967. p.28-69.

ZUSMAN, P.; PEREIRA, S. Entre a ciência e a política: um olhar sobre a geografia de Delgado de Carvalho. *Terra Brasilis – Revista de História do Pensamento Geográfico*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.52-82, 2000.

RESUMO – O trabalho expõe aspectos da contribuição de Miguel Delgado de Carvalho (1884-1990) à construção da geografia moderna no Brasil. Emprega com esse objetivo combinadamente as perspectivas contextual (ferramentas historiográficas circularidade e sítio cultural) e também epistemológica.

PALAVRAS-CHAVE: História da geografia, Pensamento geográfico no Brasil, Delgado de Carvalho.

ABSTRACT – The work presents contributions due to M. Delgado de Carvalho (1884-1990) to construct modern geographic thought in Brazil. It employs the contextual approach in historiography, particularly the ideas of circularity and cultural site, and the epistemological one as well.

KEYWORDS: History of Geographic thought, Geographic thought in Brazil, Delgado de Carvalho.

Nilson Cortez Crocia de Barros é professor associado I no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, e livre-docente em Geografia pela Universidade de São Paulo (2004). Realizou estudos de pós-doutoramento na Universidade de Durham, Inglaterra, 1993-1994, e é consultor da Capes e do CNPq.

@ – nccrocia@ufpe.br

Recebido em 21.9.2007 e aceito em 5.12.2007.